

## O gasto sem ganho

O ministro Francisco Dornelles, guarda-livros da Nova República, vai comunicar hoje ao Congresso Nacional que o setor público deve gastar, este ano, em custeio, investimento, subsídios e encargos financeiros, qualquer coisa parecida com Cr\$ 200 trilhões. As receitas totais do governo, com lastro fiscal e tudo, não passarão de Cr\$ 115 trilhões. Logo, a distância entre o gasto e o ganho aproxima-se dos Cr\$ 85 trilhões.

Um verdadeiro holocausto orçamentário.

Fiquemos nos subsídios, cabeça coroada exigida em bandeja de ouro pelas patrulhas contábeis do FMI. O ministro da Fazenda entende que pela própria magnitude do «déficit» federal não devemos eliminar o subsídio ao consumo interno do trigo, conta de Cr\$ 5 trilhões no máximo. O ministro raciocina pela relação custo-benefício:

«A remoção sumária do subsídio ao trigo, pouco mais de 5 por cento do «déficit» global, traria pouco alívio para as contas do Tesouro. Em troca, estariamos bombardeando o orçamento doméstico da população de baixa renda e introduzindo um choque de inflação corretiva em um «momento psicológico» da guerra contra a escalada dos preços. No momento, o impacto inflacionário da remoção cavalar dos derivados do trigo seria bem maior que a tensão inflacionária embutida na figura do subsídio do trigo ou de qualquer outra coisa».

Essa «outra coisa» poderia ser, por exemplo, a exportação gravosa do açúcar. Estamos vendendo açúcar com prejuízo, algo próximo de US\$ 1 milhão por dia. O subsídio concedido ao produtor brasileiro (ou ao consumidor estrangeiro) vai reclamar do Tesouro Nacional um desembolso acumulado de Cr\$ 4 trilhões.

Nas exportações em geral, especialmente de manufaturados, os subsídios camuflados devem totalizar Cr\$ 10 trilhões. A produção agrícola também não pode abrir mão de subvenções no montante de Cr\$ 6 trilhões.

O rombo de caixa das estatais, amarradas em bloco, está projetado em Cr\$ 13,7 trilhões. Estatal não tem o direito de quebrar. O «déficit» operacional da Previdência foi

recalculado para Cr\$ 9 trilhões. Os estouros privados, socializados pelos contribuintes, ainda não foram estimados, pois essa conta sinistra aguarda a solução menos ruim para o caso Súbrasil e a conclusão do inquérito Sunamam.

De qualquer forma, o ministro Francisco Dornelles vai passar ao «board» do FMI o seguinte recado: a carta de intenção é nossa, a decisão técnica é política, os subsídios não serão suprimidos, as contas ainda não estão consolidadas, a Nova República precisa de mais 40 dias e 40 noites para assinar qualquer acordo com os credores, a partir de um novo «sinal verde» do FMI, único auditor de confiança dos bancos enriquecidos.

O recado vale por um esboço da «oitava carta de intenção» ainda no prelo. Agora, com um avalista político de peso: o Parlamento brasileiro, o primeiro a saber das últimas, segundo o figurino democrático da «administração transparente».

Ontem, na instalação da segunda reunião ministerial, o presidente José Sarney recomendou a urgente modelagem de um novo PND — Plano Nacional de Desenvolvimento. Esse plano de vôo, necessariamente de longo prazo, terá de colocar o sino no pescoco do gato: expansão da economia com redução da carestia.

Claro, o Brasil de 1990 vai depender da administração do caos de 1985 — que começa pela ingrata recolocação do projeto nacional na bitola do recurso disponível.

O discurso do presidente José Sarney, a exposição do ministro Francisco Dornelles e o rascunho da «oitava carta de intenção» são peças do mesmo projeto político sobre matéria econômica: a fixação de metas realistas no justo calibre dos meios escassos. A ilha da fantasia, feita de poupança alheia e de poupança falsa, submergiu no maremoto da dívida externa e no terremoto da inflação interna.

Agora, pela carta-testamento do presidente Tancredo Neves, a ordem é celebrar o armistício entre o projeto e o recurso, no plano técnico. Ou entre o verbo e a verba, no plano político.

Para o ministro Francisco Dornelles, que faz sua estreia, sexta-feira, na renegociação da dívida ex-

terna, o FMI acabará assimilando a nova postura do Brasil: não vamos continuar projetando a conquista da lua, porque não temos condição de subir ao Pão de Açúcar. Os acordos com os credores e fiadores serão celebrados a partir de uma programação econômica realista. De preferência, sem qualquer compromisso com a recessão, ainda que recessão dita purgativa ou corretiva. Ou na sentença de Tancredo Neves:

«Não vamos pagar a dívida com a fome do povo».

Segunda-feira, no despacho com Albano Franco, presidente da CNI — Confederação Nacional da Indústria —, o ministro Francisco Dornelles garantiu que «ainda somos um devedor soberano» e podemos renovar os contratos com os credores sem o anúncio de «ajustes leoninos» — de resto, não mais levados a sério, porque desmoralizados pela República Velha em cartas seriadas de intenção...

Aos banqueiros, segundo o ministro, importa a adoção de programas de saneamento econômico, sem compromisso com metas fixas em datas marcadas, tão do agrado do FMI. A experiência dos últimos anos demonstra que não se deve brincar de adivinhar o que não pode ser adivinhado. Quando a inflação penetra na estratosfera dos três dígitos, o exercício do planejamento econômico não deixa de ser um simples prognóstico de cartomante recheada de álgebra, diria Mário Henrique Simonsen.

Albano Franco, da CNI, costuma lembrar que os executivos dos bancos e os técnicos do FMI entendem de economia americana e de economia europeia, sociedades «capitalizadas». Mas não, necessariamente, de economia africana ou brasileira, sociedades «subcapitalizadas» e, desde 1981, também em processo de «descapitalização» progressiva. Pelos drenos da taxa de juros da dívida externa, somos doadores líquidos de capital, fenômeno sem registro nos anais do capitalismo internacional.

Essa anemia galopante só entrará em reversão, segundo Albano Franco, «no dia em que o Brasil restabelecer no serviço da dívida a taxa histórica de 7 por cento ao ano, ainda o dobro da inflação europeia ou americana».